



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de maio de 2025 - Ata n.º 34.

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Gugu Bueno** (1.ª Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **34.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente.
(Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 314/2025** da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do termo de compromisso que tem por finalidade ampliar e implantar projetos de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos em 7 municípios paranaenses; **Ofício n.º 270/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 205/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.382; **Ofício n.º**



265/2025 do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 165/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.385; **Ofício n.º 266/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 236/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.384; **Ofício n.º 267/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 637/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.383; **Ofício n.º 268/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 749/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.386; **Ofício do Tribunal de Justiça**, comunicando o recebimento de denúncia contra o Deputado Ricardo Arruda, oferecida pela Procuradoria-Geral da Justiça, para fins do disposto nos art.s 25, 27 e 53, §3.º da nossa Constituição Federal.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Com a palavra a Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e a imprensa que nos acompanha, esta semana comemoramos a Semana do Artista Plástico e, para isso, tive a honra de convidar um artista plástico paranaense que eu muito admiro – seu trabalho –, que é o Toto Lopes. O Toto Lopes tem um amor pelo nosso Paraná e transfere todo esse amor e esse respeito através das suas obras, retratando os nossos pinheiros, as nossas pinhas, o nosso tropeiro, a nossa gralha azul, mostrando as nossas raízes e a nossa história. Para isso, o Toto está fazendo essa exposição aqui no Espaço Cultural, de hoje até sexta-feira, para mostrar sua arte para todos os paranaenses. Além de tudo isso, a minha admiração por esse artista e pelo seu lado social, onde ele contribui levando a sua arte para crianças, para idosos, para deficientes, elevando a autoestima e levando esperança para todas essas pessoas. Então, gostaria que vocês fossem até o Espaço Cultural, conhecessem a sua arte e divulgasssem esse artista paranaense que está representado no Palácio Iguaçu, na



Prefeitura de Curitiba, no Aeroporto, com exposição na Itália e que muito honra a todos nós paranaenses. Então conto com a presença de vocês para conhecer as artes do artista Toto Lopes. Muito obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Boa tarde, Deputados; boa tarde, Deputadas. Eu venho a esta tribuna hoje, de forma breve, mas sem deixar de relatar a nossa indignação com o que aconteceu ontem em Ponta Grossa durante o jogo do Operário com o América – jogo da Série B do Brasileirão – que acabou em um crime de injúria racial. O jogador Allano, do Fantasma, foi vítima de injúria racial do jogador do América, o Miguelito. É impressionante que, em pleno 2025, a gente ainda tenha que relatar e se indignar com atitudes como essa, de racismo. Lá no jogo... O jogo em si deve ser decidido com a bola, com os passes. Em um jogo, às vezes tem xingamento da torcida, dos jogadores, da própria comissão técnica. Mas, mesmo dessa maneira, tem que ter respeito, não se pode ultrapassar os limites como foi o que infelizmente aconteceu. E casos como esse de injúria racial, infelizmente, tem repercutido em todo o mundo, Deputado Renato Freitas. Estamos vendo muito isso também no futebol. Futebol é alegria, futebol é para as famílias estarem reunidas torcendo pelo seu time, não dessa forma como foi o que aconteceu, ontem, em Ponta Grossa. O jogador Miguelito, inclusive, foi preso em flagrante ontem em Ponta Grossa devido a essa situação. E queremos buscar, também, um posicionamento das autoridades competentes: da CBF, por exemplo, que nenhum caso de racismo pune da forma severa que deve ser contra um crime desses. Até agora a CBF também não se posicionou sobre o que aconteceu ontem em Ponta Grossa. Então é através daqui, também, que nós queremos fazer esta cobrança contundente. Porque o futebol é para ser um espetáculo, não para ser uma arena de ringue com crime de injúria racial e com racismo contra os



nossos jogadores que estão lá trabalhando, fazendo sua parte e fazendo o espetáculo que é o futebol. Muito obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje conversando com um amigo que me contava de suas dificuldades e que, por estar desempregado, em um momento de fragilidade, estava sendo obrigado a vender o seu carro. Quantos de nós já não vendemos os nossos pertences de forma barata, de forma a desvalorizar não o produto, mas o trabalho que foi empenhado naquele produto? No caso dele, um carro, “*12 mil no meu sanderinho*”, disse ele. Mas vale 20. O capital se alimenta da fragilidade das pessoas. Em momentos de crise, as fortunas se multiplicam, novos bilionários nasceram durante a pandemia do coronavírus. A mortandade alimentou novos bilionários. Dinheiro. No almoço, a moça do restaurante comentava com uma amiga: “*Você viu? O pai matou o filho para não pagar a pensão*”. Eu pensei no caso do goleiro Bruno, coloquei no Google e vi que esse caso não é único, extraordinário, é recorrente. Por dinheiro, as pessoas são capazes de qualquer coisa e, principalmente, de explorar, abusar, eliminar os mais frágeis, os mais fracos. As crianças, os idosos, os indígenas pagaram com terra; nós, negros, com suor e sangue; os pobres, com um salário mínimo, morando de aluguel, luz e água. É a ordem do capital. Ordem do capital que inventou uma religião própria, já que as pessoas não podem ser iguais ao seu exemplo, ao seu Deus, que se fez carne e não tinha onde reclinar a cabeça, diferente das aves que têm seus ninhos, das raposas que têm suas tocas. Ele que disse: “*Vá, venda tudo, sem exceção. Venda, doe aos pobres tudo. Se tiver duas túnicas, dê uma e volte. Lá, onde os ricos têm a probabilidade de entrar no Céu, assim como um elefante tem a probabilidade de entrar no buraco de uma agulha*”. Dinheiro, a raiz de todos os males, é o amor ao dinheiro. Estou aqui para falar desta Casa. Por dinheiro, como votam os Deputados? “*Como assim, Renato?*” Traduzo: por emendas



parlamentares gordas, robustas, que garantem reeleição, que garantem ascensão, que garantem poder. Como votam os Deputados? (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Pois digo: quanto mais dinheiro o Governador der para um Deputado, mais esse Deputado vai votar a favor desse Governador. Não é óbvio? É óbvio. Está na cara, não vê quem não quer ou quem é enganado pelo jornal, pela internet, pelo comentarista esportivo, por todos. Oponho-me ao Governador, sou Oposição ao Governador e, por isso, ele não dá emendas parlamentares, ou me dá de forma discriminatória. Então, ele tem em mãos um instrumento de chantagem e isso não é republicano porque o dinheiro não é dele. O dinheiro é nosso, do povo... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... Usam o dinheiro do povo para comprar a democracia e corromper as instituições que governam o próprio povo, ou seja,... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidenta, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero inicialmente no meu pronunciamento, Deputado Renato, falar da alegria de receber hoje a notícia de que o Paraná tem mais uma Ministra. Hoje, o Presidente Lula anunciou a companheira Márcia Lopes como Ministra da Mulher ou Ministra das Mulheres, Deputada Cloara. Acho isso muito importante para nós, mulheres que estamos aqui, para que defendamos que realmente ocupem cada vez mais espaço também na política. É importante vermos que o



Paraná, então, passa a ter duas mulheres, Deputada Flávia, como ministras. A Deputada Gleisi, que já vem desenvolvendo um trabalho brilhante, todo mundo já conhece bem a sua capacidade, o seu conhecimento, a sua sabedoria, ou como conduz com muita sabedoria o seu Ministério. Agora, hoje, a partir de hoje, temos, então, a Ministra Márcia Lopes, que é assistente social, que é professora, que já foi Ministra do Desenvolvimento Social. Ocupou primeiro o cargo como Secretária Executiva de Desenvolvimento Social, depois, foi Ministra do Desenvolvimento Social e, agora, volta ao Ministério, mas ao Ministério das Mulheres, com certeza, com muita sabedoria, com muita competência que já demonstrou ter. Sabemos que vai trabalhar muito as políticas públicas que realmente as mulheres esperam e necessitam, para que possamos ter um Brasil com mais justiça, com mais igualdade. Principalmente, vejo que um dos grandes desafios da agora Ministra Márcia Lopes vai ser, sim, o enfrentamento à violência contra a mulher. Sabemos que os últimos dados que temos, com relação à violência contra a mulher, são dados que nos assustam muito. Em 2024, aumentou ainda mais o índice de violência. Inclusive, os números que nos passam é que ficamos com uma média de 13 ocorrências registradas de algum tipo de violência contra a mulher. Cerca de 13 mulheres, por dia, registraram algum tipo de violência, durante o ano de 2024. Isso significa que houve um aumento muito grande, assim como esse aumento que tivemos no Estado do Paraná. Foram 159 mil ocorrências em 2024, colocando o Estado do Paraná como o segundo maior, em número de casos de feminicídio – foram 69 ocorrências no primeiro semestre de 2024. Infelizmente, mesmo com muitas medidas, com muitas ações que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal – e aqui lembro desde a questão da Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, todas as ações que estão sendo feitas para fazer esse enfrentamento à violência contra a mulher –, infelizmente, mesmo assim, vemos esse número da violência crescendo. Então, é muito importante que possamos ter um enfrentamento ainda maior, mais ações que diminuam, façam com que diminua essa violência que ocorre contra a mulher. Recentemente, inclusive, o Presidente Lula sancionou mais três leis direcionadas diretamente à proteção das mulheres



que estão em situação de violência ou que vivem em situação de violência. Uma é a que garante uma punição maior ao agressor, no sentido de uma proteção maior à mulher; que, então, o agressor agora com medidas protetivas será monitorado por tornozeleiras eletrônicas. Isso significa que muitas vidas de mulheres poderão ser salvas, a partir agora dessa Lei. Também é importante destacar que aumentou a pena com relação ao crime da violência psicológica: pena de seis meses a dois anos, mais uma multa para crimes de violência psicológica contra a mulher. Essa pena será ainda aumentada pela metade se o delito for cometido com o uso de inteligência artificial ou qualquer outro recurso tecnológico que altere a imagem ou o som da vítima. Então, são algumas das ações, mas algumas leis que estão sendo feitas... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Presidente. São mais algumas leis que o Presidente Lula vem colocando em prática – que vem anunciando e colocando em prática – no sentido de buscar salvar a vida das mulheres. Sabemos que, como o índice de violência vem subindo casa vez mais, é necessário também que possamos fazer cada vez mais uma ação maior de enfrentamento à violência contra a mulher. Então, voltar a falar, aqui, que agora, com certeza, a nossa Ministra das Mulheres Márcia Lopes tem esse desafio, sim, de poder trabalhar políticas públicas, que realmente façam esse enfrentamento à violência contra a mulher. Mas queremos, neste momento, desejar a ela, Deputada Cloara, muito sucesso. Vossa excelência que conhece muito bem também a Márcia Lopes sabe da sua competência, da sua seriedade e que vai conduzir muito bem o Ministério das Mulheres. Desejar à Márcia muita luz no caminho, muito sucesso a ela... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda. Esta Presidência cumprimenta os taquígrafos desta



Casa de Leis pelo Dia do Taquígrafo, celebrado no dia 3 de maio. Temos também a visita de alunos do 3.^º ano do ensino médio do Colégio Adventista Boa Vista, acompanhados pela professora Larissa Baldissara. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputados, Deputadas, e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*, primeiramente quero falar uma leitura que foi feita aqui hoje, que o TJ-PR, seguindo aqui uma determinação do STF, disse que podemos nesta Casa aqui suspender algum processo em andamento contra um Parlamentar, colocar em votação na Casa e suspendê-lo até o final do mandato. No meu caso aqui, não quero que suspenda nada, até porque eu sei que essa denúncia é infundada, que não devo nada para isso, e eu confio na Justiça do Paraná. Então, no meu caso prefiro que continue, que seja julgado realmente. Queriam me entrevistar agora, não vou dar entrevista para a *Rede Globo* – porque não confio nessa rede de televisão –, mas está aqui, para quem quiser ouvir está aqui, no meu caso não quero suspensão, sei que sou inocente e confio na justiça. É isso aí. Vamos lá. A partir de hoje à noite farei – esta semana inteira farei – viagens pelo Paraná fazendo o *tour* da criança em defesa da vida. Faremos audiência contra a obrigatoriedade da vacina em criança; faremos hoje em Londrina, a partir das 18 horas, amanhã em Maringá, em seguida faremos em Umuarama, depois em Corbélia, depois em Cascavel e Foz do Iguaçu. Cada dia teremos uma audiência. Participarão lá médicos internacionais, nacionais, mães e pais que vão testemunhar o que aconteceu com seus filhos. Enfim, vamos expor a verdade sobre esse veneno chamado de vacina contra covid. Um dado importante para quem tem alguma dúvida ainda que criança não tem problema com covid – já falaram algumas besteiras aqui dizendo ao contrário –, o Portal de Transparência do Estado do Paraná informou o seguinte: entre 2020 e 2021 – foi a pior fase da covid com as cepas mais violentas –, tivemos aqui 94 mil casos de covid em crianças de 0 a 5 anos, e tivemos 71 óbitos – é zero vírgula alguma coisa por cento, óbvio que melhor que isso se não tivesse morrido



ninguém –; de 6 a 9 anos tivemos 67 mil e 500 casos, com 15 óbitos, e desde 2023 que não morre mais nenhuma criança de covid. Para que esse Governo, esse desgoverno do ex-presidiário, quer obrigar a vacina em criança se nenhum País do mundo obriga? Isso é um desrespeito à vida, desrespeito à ciência, desrespeito aos médicos – que a maioria já são contra esse experimento. A nossa luta vai continuar. E aqui no Paraná tenho certeza que vamos derrubar essa obrigatoriedade, não é possível que isso continue aqui. Agora eu quero falar, tínhamos um Ex-Presidente do Senado, um traidor da Pátria, um sujeito que merece um adjetivo, “canalha”, que era Rodrigo Pacheco. Presidente do Senado, traiu o Brasil, permitiu que o Poder Judiciário, liderado pelo ditador de toga, Alexandre de Moraes, fizesse o que quis fazer, descumprindo a lei, a Constituição Federal, e ele, esse covarde, não fez nada, não tomou nenhuma atitude, não pautou o *impeachment* desse sujeito – que não faltou denúncias de atos ilícitos dele para pautar o *impeachment* –, não fez. E agora, lamentavelmente, temos mais dois traidores, Hugo Motta, Presidente da Câmara Federal... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Horário do PL, por favor. Agora Hugo Motta, covardemente, não quer pautar o Projeto de Lei da Anistia. Que sujeito covarde e ordinário é esse? Esse cara se reduziu a nada, a ninguém. Ele tinha uma opinião, que já tinha dado entrevista que ele era a favor sim, que tinha que pôr para pautar; depois que ele foi jantar na casa do Alexandre de Moraes, e depois que ele viajou com o Lula para o Japão, tudo mudou. Mudou a opinião, e agora está segurando ainda para não pautar a CPI, para investigar a maior fraude que o Brasil já teve, mais de R\$ 6 bilhões roubados dos aposentados. Cara, esse Governo do ex-presidiário, já imaginávamos que ia acontecer isso. Vou relembrar aos senhores, a quem nos acompanha e a vocês do PT, para que não se



esqueçam nunca mais, qual é o rombo que o Lula já trouxe ao País? Digo Lula e o PT em geral: Mensalão, R\$ 101 milhões arrancados dos cofres públicos; Petrolão, R\$ 42,8 bilhões; Correios, R\$ 2,2 bilhões; Lava-Jato, R\$ 25 bilhões; INSS, R\$ 6,3 bilhões; Venezuela, o empréstimo que foi dado a eles, R\$ 1,7 bilhão, está lá nosso dinheiro. Hoje o déficit do Brasil passa de R\$ 8 bilhões. Esse é o legado do corrupto, incompetente, irresponsável Governo PT. Veja quantos bilhões, gente, esse Governo já deu ao Brasil, e ainda às vezes vem com conversinha: “Ah, ele vai fazer casa popular”. Se pegar esse dinheiro, não tinha mais ninguém sem casa no Brasil; se pegar esse dinheiro roubado que o PT, o Lula, a esquerda roubou, ninguém passava fome no Brasil, acho que nem no mundo. Governo corrupto, geneticamente corrupto. Agora os caras roubaram R\$ 6 bilhões do INSS, aí o Ministro LUPI pediu para sair. Não é pedir para sair, tem que pôr na cadeia, o cara roubou o dinheiro, quem que vai pagar essa conta, gente? Tem Deputado aí, tem pessoal da esquerda falando que tem que fazer uma vaquinha. Quer dizer, o Governo rouba, aí o povo tem que fazer vaquinha para devolver aos aposentados. Aí eu pergunto ao senhor Alexandre de Moraes: cadê as 48 horas para o Lula explicar isso? Cadê a busca e apreensão na casa desse LUPI, na casa do irmão do Lula? Que o Sindicato que ele controla recebeu R\$ 100 milhões de aposentados. E pasmem: o sindicato dele foi liberado de fazer biometria para sacar o dinheiro de aposentado. Eu não estou vendo vocês do PT falar mais nada. Vocês acharam legal roubarem R\$ 6 bilhões? “Ah, mas foi no Governo Bolsonaro”. Uma ova, no Governo Bolsonaro, ele fez uma Medida Provisória para fiscalizar, sim, e diminuiu muito as fraudes em geral. E vocês da esquerda, em 2022, se juntaram para derrubar essa lei do Bolsonaro. Derrubaram, aí explodiu para R\$ 6 bilhões a fraude. Quando eu falo que a esquerda não vale nada, absolutamente nada... Onde eles põem a mão é para roubar o povo. Todos os programas do PT têm fraude: INSS é fraude; Pé-de-meia, fraude; Bolsa Família, fraude; Correios, fraude; Petrobras, fraude; Itaipu, fraude. Não escapa uma da fraude! E o Lula continua com essa cara de pau, esse sujeito ordinário, e a Dona Janja viajando para a Rússia seis dias antes de o Lula ir para lá, em um avião da



FAB. Ela não tem cargo público. Isso é uma vergonha, é um esculacho este Governo! E a Suprema Corte calada, não faz nada, só querem falar do golpe que não existiu, a fantasiosa, lunática história do golpe que o Xandão, junto com o PT e com o apoio da *Rede Globo*, criaram. Que vergonha! É o que digo: Quem vota em ladrão... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Colocaram esse ex-presidiário no poder de novo. Colocaram! Não foi que ganhou, não. Colocaram na mão grande e está aí saqueando o Brasil pela terceira vez. Quando a pessoa não tem caráter, não tem honestidade, não ama o Brasil, dá nisso: o povo lascado na mão desse canalha ex-presidiário, chamado Lula e sua quadrilha.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Delegado Tito Barichello. Gostaria de anunciar a presença do Vice-Prefeito de Iguatu, Sr. Vicente, e do Secretário de Agricultura, Sr. Hugo, a pedido do Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar a Ex.^{ma} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição. Cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais, cumprimento a imprensa livre que nos assiste e cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Um cumprimento especial ao Sindicato da Polícia Penal, que está aqui, valorosos trabalhadores que mudaram a história da segurança pública no Estado do Paraná, porque a segurança pública se faz, sim, com policiais penais. E policiais penais bem estruturados, bem pagos e em condições de trabalhar. Um cumprimento especial aos alunos do Colégio Adventista Boa Vista, que estão aqui acima, e ao professor Cleiton Santos, são alunos do 3.^º ano do ensino médio.



Meus parabéns. Peço que, se tiverem tempo, visitem o gabinete do Delegado Xerifão, daqui a pouco, que quero conversar muito com vocês. Senhores, utilizo a palavra hoje extremamente preocupado. Por quê? O Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, do PT, mesmo Governador que quebrou o Estado da Bahia, mesmo Governador que tem índices altíssimos de violência, mesmo Governador que tem índices baixíssimos de educação, manifestou-se publicamente dizendo que os bolsonaristas e o Bolsonaro *deveriam ir para a vala*. Ou seja, na opinião do Governador do Estado da Bahia, metade da população, praticamente metade da população, *deveria ir para a vala*, junto com o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Ou seja, o que é a vala? É a morte. Então temos um Governador de estado fomentando a violência, com discurso de ódio. Isso é uma vergonha! E o que o Governador da Bahia está nos trazendo é aquilo que a grande maioria dos petistas pensam: aqueles que trazem algo que não concordamos devem ser calados, enterrados, irem para a vala. Disse ele que a palavra dele foi tirada de contexto. Sim, talvez o contexto não seja enterrar, seja ficar em silêncio, seja suprimir a liberdade de opinião! E não podemos aceitar, em pleno século XXI, que um Governador de estado utilize a palavra pedindo que sejamos mantidos silentes, em silêncio. A democracia acontece através da manifestação oral dos parlamentares, das pessoas e dos eleitores, quando da eleição. A resposta a esse Governador, que é um mau administrador – aliás, como é a grande maioria dos Governadores do PT –, daremos no próximo pleito eleitoral, em 2026, mandando para a vala, sim, os petistas no sentido de perderem a eleição. Porque dizer que vai mandar para a vala, que vai enterrar no sentido pejorativo, de suprimir a liberdade de opinião, não aceitamos. O que vão são os mandatos deles para a vala. Essa é a verdade que está para acontecer. Em 2026, a direita vai alcançar um resultado espetacular em todos os pleitos eleitorais, nos 27 Entes Federativos, e pautas como o armamentismo serão retomadas, dando o direito à população honesta de autodefesa, pautas que vão ao encontro do interesse da sociedade. Em relação ao Governador do Estado da Bahia, digo a ele: meus pêsames, porque como pode alguém trazer conceitos e opiniões tão ruins, ainda mais vindo



do chefe do Executivo estadual? O resultado, Sr. Governador do Estado da Bahia, verás no próximo pleito eleitoral. Como Deputado Estadual, comprehendo que o discurso de ódio configura crime de responsabilidade, sim, previsto na legislação do Estado da Bahia, por isso, através do meu gabinete,... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): ... através do meu gabinete, vou oficiar os órgãos constituídos do Estado da Bahia, a Assembleia Legislativa, para que inicie o processo de *impeachment* desse Governador do Estado, que está fomentando o ódio. Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos ao Horário das Lideranças. Primeiro orador: Deputado Mauro Moraes.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Senhora Presidente Flávia Francischini, demais componentes da Mesa, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, hoje quero fazer uso da tribuna para falar sobre dois motes da minha vida política, que são a educação e a segurança, Sr.^a Presidente. Primeiramente quero cumprimentar meu Presidente da Comissão de Educação, que é o nosso Líder Hussein Bakri, e ao mesmo tempo agradecer a todos os membros, Presidente – porque eu disse que fiquei no lugar do Do Carmo como Vice-Presidente –, e todos os membros concordaram em manter a Vice-Presidência para o Deputado Mauro Moraes. Então é de coração. Afianço-lhes que não decepcionarei. Jamais envergonharei a confiança que o Presidente tem no Deputado Mauro Moraes. E dizer, Sr. Presidente da Comissão de Educação, que a educação do Paraná é maravilhosa. Estamos aí, pelo segundo ano consecutivo, no 1.^º lugar no Ideb, mas não fica por aí. Na minha avaliação, Sr.^a Presidente, a educação é a prioridade absoluta em um estado como o Paraná e nada, absolutamente nada, nenhuma tecnologia no mundo, nem Educatron, nem robótica, nem inteligência artificial, a IA, podem



substituir um professor em sala de aula. Toda essa tecnologia só pode vir como uma ferramenta, um apoio ao ser humano, que são os nossos mestres e nossos professores. Porque nada pode substituir a interação pessoal de um professor com os alunos, a sinergia, os trabalhos individuais. Então é muito importante que possamos investir pesadamente no ser humano, nos professores, nos mestres, nos zeladores, nas cantineiras, nas cozinheiras, enfim, em todos os quase 100 mil profissionais que temos na área da educação. A educação no Paraná sempre foi ótima, mas agora, graças a Deus, estamos no segundo ano consecutivo como primeiro lugar no Ideb. Obviamente que no passado, Sr.^a Presidente, já obtivemos também o primeiro lugar no Ideb – em governos passados – e hoje reconquistamos essa posição. Então, Sr. Presidente da Comissão, pode ter certeza que estarei caminhando lado a lado, ombro a ombro, com o senhor e com os demais membros da Comissão de Educação, para que possamos dar a nossa parcela de contribuição para fazer do Paraná o estado que mais investe na educação em nosso País. O segundo assunto, Sr.^a Presidente, que eu gostaria de colocar nesta tribuna é a violência. Alguns anos atrás, formei o movimento *Paraná Sem Violência* e eu volto a estar preocupado. Embora o Paraná seja um estado que tem uma segurança razoável, percebemos por vários indícios a preocupação da nossa população, que por muitas vezes anda aterrorizada e amedrontada pelos altos índices de criminalidade que ainda existem no Paraná. É verdade que o Paraná é o estado que mais investe em educação, mas precisamos todos nós – Deputados, Prefeitos, Governadores, Presidente da República – fazermos um verdadeiro exame de consciência e ter a certeza e a convicção que o maior investimento que temos que fazer hoje, além da educação, é na área de segurança, porque percebemos, por vários indícios, que em vários locais precisamos reforçar a nossa segurança. Eu acho oportuno que em alguns bairros das grandes cidades até nós possamos trazer de volta os módulos policiais, que inibiam a ação dos bandidos, que davam uma certa tranquilidade para que a população pudesse andar tranquilamente pelas ruas, pelos bosques, pelas nossas praças. Hoje há uma inversão de valores, a população está amedrontada e fica



aterrorizada, com medo de ir para as ruas, de ser assaltada, de ser assassinada, e precisamos devolver essa tranquilidade à população paranaense. E é por isso que resolvemos... já falei com a nossa bancada para que possamos novamente trazer de volta o movimento *Paraná Sem Violência* e percorrer todos os nossos municípios do Estado do Paraná, levando essa nossa parcela de contribuição como representante do povo paranaense, que fomos eleitos e reeleitos muitos de nós e precisamos estar na defesa dessa população. Temos sem dúvida a melhor Polícia Militar do Brasil, mas precisamos aumentar o efetivo. Temos sem dúvida a melhor Polícia Científica, a melhor Polícia Civil; temos também uma das melhores Polícias Científicas do nosso Estado. O que falta são os investimentos pesados e trazer de volta, como disse, esquemas como os módulos policiais, investir em armamentos pesados fortemente para que possamos combater o crime organizado que em alguns locais, principalmente em nossas fronteiras, possui muitas vezes armamentos melhores do que os nossos. Então fica aqui o meu apelo, Sr.^a Presidente, como um Deputado que sempre dedicou a sua atuação política quase que inteiramente voltada para uma limitada confiança na nossa segurança, e posso agora, na minha volta a esta Casa, dar continuidade a esse trabalho. Afianço ao povo paranaense que jamais os decepcionarei, jamais envergonharei a nossa gente, jamais mutilarei a tradição do povo paranaense, e tanto quanto possível, dentro de minhas condições, estarei de bandeira na mão dando essa contribuição para que possamos ter mais segurança para nossa população. É o mais que a população pede, o máximo que ela pede é a segurança, é a tranquilidade de poder sair de suas casas, porque hoje a população de bem se sente aprisionada, com medo de ir às ruas. E precisamos, obviamente, como legítimos representantes do povo paranaense, contribuir, fazendo com que, através do nosso Legislativo, que tanto contribui para as creches, para asfalto, possamos também, na devolução da sobra que temos neste Legislativo, pensar um pouco mais na segurança de nossa gente que, como disse, reputo ser de primazia importância. Por isso, *Paraná Sem Violência* é o movimento que estou resgatando do passado, para que eu possa percorrer



praticamente todos os municípios do nosso Estado, levando um pouco de tranquilidade a nossa gente em nome de toda esta Casa. Que Deus ilumine, que Deus abençoe, que Deus ajude a todos nós, e que possamos juntos caminhar para que possamos ter um Estado cada vez mais justo, mais humano, e acima de tudo mais seguro. É evidente que é oportuno frisar que o Paraná hoje, em termos de homicídios, chegamos aí a quatrocentos e pouco contra os mais de 4 mil homicídios na Bahia... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Com certeza. Mesmo assim, termino a minha fala de hoje dizendo, Sr.^a Presidente, que estarei de corpo, alma e coração lutando para que possamos trazer tranquilidade e paz à nossa gente, que está muito preocupada com a nossa segurança. Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, todos que acompanham esta Sessão. Confesso a vocês que hoje subo a esta tribuna com muita vergonha, vergonha do tipo de situação que temos que lidar nesta Casa Legislativa; vergonha porque acho um absurdo ter que tratar esse tipo de assunto nesta tribuna, mas não me resta outra opção quando se faz aquilo que é indefensável. Alguns dias atrás, comentei com os senhores e com as senhoras sobre o meu Requerimento de pedido de afastamento do Deputado Ricardo Arruda da CCJ, Requerimento esse completamente embasado no Regimento da Casa, que não prevê justificativa de falta em Comissão, que prevê justificativa de falta apenas para pagamento de subsídio dos Deputados e que prevê o cuidado com as Comissões desta Casa. Pois bem, o Deputado Ricardo Arruda apresentou uma declaração de comparecimento como justificativa, declaração essa



apresentada já dias depois de ele faltar na Comissão; mas, como a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, e como é de conhecimento amplo, declaração de comparecimento não é atestado médico – coisa que o Regimento Interno desta Casa estabelece: atestado médico. Pois bem, o Deputado apresentou a declaração de comparecimento. Gozando das minhas prerrogativas no processo administrativo, eu impugnei a manifestação dele e coloquei a jurisprudência, coloquei o artigo do Regimento de por que declaração de comparecimento não é igual a atestado. Vim aqui, na semana passada, e falei para vocês: *Olha, o prazo para a Presidência se manifestar acaba na quarta-feira da semana passada.* Hoje fui surpreendida, pois bem, com atestado médico do Deputado Ricardo Arruda. O atestado médico assinado no dia 29 de abril, quase 40 dias depois de ele ter faltado na Comissão de Constituição e Justiça. Você們 algum dia aceitaram um atestado assinado 40 dias depois da falta de alguém? Algum dia teve cabimento um atestado assinado depois de 40 dias e depois de apresentar uma declaração de comparecimento? Então, basicamente é assim: ele apresenta declaração, não vale; então ele vai lá e apresenta atestado. E daí, cada coisa que não valer, ele vai lá e tenta apresentar alguma coisa que vale. É uma abertura de apresentação de provas que eu nunca vi em um processo. Olha, o meu diploma de Direito está chorando neste momento. O Tribunal de Justiça, que tem jurisprudência sobre a preclusão consumativa, está chorando neste momento aqui, do nosso lado, porque não existe na lógica processual isso de você ficar apresentando provas. Apresentando provas e provas; cada vez que você é refutado, você apresenta mais provas. Ele abriu mão do direito dele de apresentar provas quando apresentou a declaração de comparecimento. Ele já apresentou a declaração de comparecimento. Este atestado aqui é um absurdo. Este atestado aqui é rir da cara do povo paranaense. Este atestado aqui é chamar todos os outros Deputados de idiotas, não tem outro termo. O atestado, veja, no descriptivo do atestado: “... esteve sob meus cuidados profissionais no dia 18/03, no horário das 13 horas, e necessitou de duas horas de afastamento das suas atividades regulares”. Você们 sabem o que caracteriza um atestado? O que caracteriza um



atestado é a pessoa ficar afastada naquele dia do seu trabalho. Se ele só precisa de duas horas de afastamento, não é um atestado, é uma declaração de comparecimento. Ele mudou o título. Fez o dentista assinar ainda 40 dias depois da falta dele. Isso aqui é um absurdo. Foi juntado no sistema da Casa um atestado assinado no dia 29/04, com a falta do dia 18/03. É um escárnio. Olha, para mim é humilhante ter que trazer este tipo de assunto na tribuna, porque não é este tipo de coisa que deveríamos estar debatendo. Mas, um Deputado Estadual ter a falta de vergonha na cara de apresentar um documento deste na Casa para justificar o injustificável é chamar todos os paranaenses de besta. Esse Deputado que vem aqui para dizer que as pessoas são vagabundas, que as pessoas não se esforçam, que as pessoas não se dedicam o suficiente está tentando falar para os paranaenses que *tudo bem você faltar sem justificativa no seu trabalho, porque 40 dias depois* é só você apresentar um atestado e vão engolir com farinha. Quero saber qual trabalhador na sua vida faltou um dia de trabalho e apresentou um atestado 40 dias depois – assinado 40 dias depois. Nem na faculdade, nem na escola, nem na creche uma criança apresenta um atestado assinado 40 dias depois pelo médico. Isto aqui é um absurdo. Absurdo porque ele já tinha apresentado a declaração de comparecimento, que não tem caráter de atestado, impugnei e ele apresentou um atestado achando que ficaria tudo bem. Olha, não vou mais tratar deste assunto nesta tribuna. Não vou porque é vergonhoso para esta Casa. Mas estou agora entrando com um Requerimento para a Mesa pedindo para esse processo ser mandado para o Ministério Público e para ser investigado, porque, no mínimo, é duvidoso um atestado assinado 40 dias depois, depois de já ter apresentado uma declaração de comparecimento. Aparte, Deputado Renato.

Deputado Renato Freitas (PT): Perfeito, Deputada Ana Júlia. Faço das suas palavras as minhas e também contribuo para a fundamentação. Pois diz, por exemplo, a CLT, em seu art. 482, que é causa de demissão por justa causa a apresentação de atestado falso ou similar, neste caso, genérico, dando ares de atestado de que a pessoa estava impossibilitada para as atividades ordinárias,



quando, na verdade, apenas um desejo qualquer que motivou a ida a esse consultório, ou qualquer coisa do gênero, se é que isso existiu. E o art. 298 do Código Penal determina que é crime passível de prisão. Então, realmente, tem que ser mandado para o Ministério Público. A senhora está de parabéns.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Perfeito, Deputado Renato. É por isso que estou encaminhando este Requerimento para o Ministério Público, para as instâncias responsáveis nesta Casa e dizer, para os Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, é um absurdo esse Deputado continuar na Comissão de Constituição e Justiça. Um absurdo, porque ele faltou três vezes consecutivas. Todos nós temos outros compromissos e nos adequamos. Ninguém falta três vezes consecutivas. Ele tinha um dentista marcado? Remarcasse. Eu tive que fazer isso semana passada, quando a CCJ foi mudada – a Sessão Ordinária. Por três semanas consecutivas, ele teve um compromisso inadiável que era mais importante que a Comissão de Constituição e Justiça, que é o coração desta Casa Legislativa. É absurdo! Ele está tentando justificar, porque agora ele decidiu que ele gosta de estar na CCJ. Depois de ele ser relapso, depois de ele não estar nem aí para a Comissão, agora ele decidiu que gosta e fica tentando protelar esta situação que é vergonhosa. Vergonhosa para todos os cidadãos paranaenses. Vergonhosa para esta Casa. E um descuido, um desleixo, um descaso com o que é a instituição pública, do que é o trabalho de um Parlamentar, do que é a dedicação que um Parlamentar tem que ter com a atividade legislativa, com a atividade de representar não apenas seus eleitores. Não representamos aqui só os nossos eleitores, representamos toda a população do Estado do Paraná. Então, por ser absurda essa situação, não vou mais tratar dela na tribuna, vou tratar na instância que tem que ser tratada, a partir de agora no Ministério Público, a partir de agora com judicialização. Ainda assim peço para que a Mesa tome a providência necessária, que deveria ter tomado na quarta-feira passada, antes de ele ter juntado este atestado vergonhoso, porque inclusive tem a preclusão consumativa, porque já havia impugnado, eu já havia me manifestado, ele não pode se manifestar depois de novo. Então, está na hora da



Casa – já abriu o direito de ele se defender, já abriu o direito de ele justificar –, mas substituir esse cidadão. O Partido PL tem todo o direito de indicar outro Deputado. Não estamos aqui dizendo que esse campo político não deve estar na CCJ. Estou dizendo que esse Deputado não se comportou à altura da Comissão de Constituição e Justiça. Então, o Requerimento é claro, ele fala que o Deputado será substituído de ofício pela Presidência ou a requerimento de qualquer outro Deputado. É isso que o Regimento fala. Eu já fiz o Requerimento. Já foram cumpridas as exigências do Regimento Interno desta Casa e está na hora de começarmos a aceitar o que estabelece o Regimento desta Casa. Muito obrigada pela atenção de todos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente Flávia Francischini, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, venho à tribuna para falar sobre uma Audiência Pública que realizamos nesta Casa hoje sobre um tema extremamente relevante que incomoda muito o cidadão paranaense e brasileiro, que é a perturbação do sossego. Talvez aqui muitos não saibam, muito embora se digam muitas vezes especialistas na área de segurança pública, mas 40% das reclamações, dos atendimentos feitos pelo serviço 190 se trata de pessoas que ligam buscando apoio da Polícia Militar para poder, efetivamente, conseguir com que a lei do silêncio seja respeitada. O fato é que essa Audiência Pública hoje aqui teve uma representatividade muito importante dos Conselhos Comunitários de Segurança e com entidades da sociedade civil organizada, muito especialmente, do Presidente da Associação Médica do Paraná, o Dr. Macedo; tivemos a presença do subcoordenador do Centro Estadual dos Consegs, que é o Major Ronaldo Goulart; da jornalista Valéria Prochmann, que é representante do Movimento Contra a Perturbação do Sossego e Presidente do Conseg Centro Cívico e com o Líder do Conseg Mulher – estou destacando aqui algumas



personalidades –; da Dr.^a Aline Bilek Bahr que veio aqui, Promotora de Justiça, veio representando o Ministério Público a pedido do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Zanicotti, que sabe da importância do tema na vida das pessoas, na saúde física e mental das pessoas. Fato concreto é que tivemos ainda a Dr.^a Aline Milanêz que representa uma ONG, a Onda, representando as pessoas que têm espectro autista; Priscila Hauer que falou sobre as questões inclusive que afetam os animais e do Conseg São Francisco; do Volnei Lopes da Silva que é Presidente do Conseg do Abranches; da Maria Helena Salomão, que é professora e representante dos moradores da Rua Prudente de Moraes aqui nas Mercês, entre dezenas de outras entidades representativas aqui. Estou dizendo isso, Deputada Cloara Pinheiro, porque foi uma Audiência Pública em que concluí que temos que fazer alguma coisa. Porque o problema da perturbação do sossego não é na Capital, Curitiba, é em Londrina, é em Paranavaí, é em Cascavel, é em Cornélio Procópio, é em qualquer cidade do Paraná. Temos pessoas que estão desrespeitando a legislação e, ao mesmo tempo, os municípios eles têm tido uma postura de muita força e dando liberação de alvarás para instalação de estabelecimentos comerciais, especialmente de bares, onde não tem previsão da utilização de músicas – seja ambiente ou eletrônica ou presencial ao vivo –, mas que na prática acaba invadindo calçadas e promovendo grandes algazarras. Estamos com um problema grave, digo, aqui em Curitiba, mas esse problema é um problema no Estado como um todo. E estamos precisando de uma atuação mais forte das instituições. Porque qual que foi a unanimidade hoje dos representantes dos Consegs? A atuação da segurança pública, especialmente da Polícia Militar. A Polícia Militar tem tido uma atuação muito forte. E olha, Deputado Hussein Bakri, temos que dialogar com o competente Secretário de Segurança Pública que tem o Paraná, o Cel. Hudson, para que possamos fazer que a Polícia Militar, nesse caso... porque hoje as senhoras e os senhores sabem, a perturbação do sossego é uma contravenção penal. Há um Projeto de Lei tramitando em Brasília para transformar, para criminalizá-la do ponto de vista de transformar em um tipo penal, criminoso. Fato concreto é que poderíamos e



deveríamos fazer como fizemos com a corporação do Corpo de Bombeiros, como demos poder de polícia administrativa para o Corpo de Bombeiros. Hoje o Corpo de Bombeiros pode fazer a autuação de um estabelecimento e aplicar uma multa – que, inclusive, vai para o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, por lei votada por esta Casa. A Polícia precisa também ter instrumentos para poder aplicar multa em estabelecimentos que não estão cumprindo a legislação. E as pessoas, olha, se V.Ex.^{as} aqui... Vejo aqui o Deputado Delegado Jacovós, que tem essa experiência vivida como profissional de segurança pública. Os relatos, Deputado, que vi hoje, de pessoas que foram às lágrimas de desespero das pessoas relatando situações, as mais absurdas que estão vivenciando e não se consegue cancelar alvarás. Ao contrário, tem um Projeto de Lei que está tramitando por aí – e não sei se já chegou aqui na Casa – que pretende inclusive modificar os decibéis que prevê a Lei do Silêncio, querem flexibilizar ainda mais. Que mundo é esse em que há falta de respeito absoluta com o sossego das pessoas? E tudo isso é motivado porque no dia 30 de abril foi o Dia Internacional do Ruído. Por quê? Porque há um movimento mundial hoje, que trata esse tema, inclusive, coordenado pelo Centro de Audição e Comunicação de uma agência americana que trata desse tema, para poder, de fato, estabelecer outros parâmetros, outros patamares em relação ao direito ao silêncio, ao sossego, das pessoas não terem que ficar vivendo na porta da sua casa com algazarras, com som alto. Temos eventos inclusive públicos que estão sendo realizados sem o devido respeito à cidadania. E hoje ouvimos justamente moradores de todas as regiões da cidade que vieram tratar do tema. Mas quero dizer o seguinte: o problema – foi dito hoje lá – é muito mais amplo, é estadual, não é um problema local de Curitiba. É um problema da Região Metropolitana e é um problema de Ponta Grossa, Deputado Rangel, e de todos os outros lugares em que temos pessoas que não estão respeitando. Normalmente essa questão que envolve a concessão de alvará para esses estabelecimentos – até pela Constituição Federal – é de competência, claro, do município, é interesse local. Mas, por exemplo, estão se concedendo alvarás: Curitiba mesmo fez uma grande reforma em uma



rua aqui, a Prudente de Moraes, que é uma rua gastronômica, mas junto com aquilo que está autorizado veio, também, todo um... só quem vive naquele entorno ali que sabe o que está acontecendo. Eu, por exemplo, moro na Carlos de Carvalho, esquina com a Desembargador Mota, pois eu convido... Quem já foi lá em casa sabe o barulhão que é a Carlos de Carvalho com os veículos desfilando, com veículos acelerando, é um desfile de carro importado sábados e domingos. E, olha, não adianta, não respeitam Polícia, não respeitam nada e com os escapamentos sempre, naturalmente, no último volume. Ou seja, perturbando o sossego de todo mundo. Digo isso porque o problema é grave, é complexo. A gente quer criar um dia, uma Semana de Conscientização em Relação ao Silêncio. Agora, indiscutivelmente, é o seguinte, minha gente: esse é um tema que tem de ser tratado... O Paraná – vi ainda há pouco aqui o Deputado Mauro Moraes falar –, olha, Deputado Mauro Moraes, o senhor foi Secretário do Trabalho durante esse período do Governador Carlos Massa Ratinho Junior, que fez um bom trabalho à frente da Secretaria do Trabalho. Mas, olha, vou dizer o seguinte: segurança pública é uma área que o Estado do Paraná tem feito uma gestão modelar, eficiente, com grandes resultados. Mas este ano estamos tendo um investimento, o maior investimento da história do Paraná em segurança pública, são R\$ 7 bilhões e 140 milhões de reais que estamos investindo. Renovamos as nossas forças policiais, ampliamos o atendimento ao cidadão. A segurança é problema? Claro que é. Em um país com tanta diversidade, com estruturas de crime organizado, mas se tem uma área que o Paraná tem atuado com eficiência é a área de segurança pública. Aliás, vou repetir: hoje foi uma unanimidade um elogio ao que a Polícia Militar tem feito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Mas já se passaram os dez minutos, Ex.º?

Deputado Mauro Moraes (UNIÃO): Eu queria um aparte, ou é difícil?



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Tenho que dar um aparte para o Deputado Rangel, para ser sincero para o senhor, não consigo lhe dar o aparte. Deputado Rangel. Tem um minuto aqui para o senhor falar porque o tempo escoou aqui e acabei... mas lhe dou um minuto.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Caro Deputado Luiz Claudio Romanelli, vou utilizar um aparte na Liderança do Governo. Mas parabenizá-lo pelo assunto que muitas vezes é subdimensionado e é de extrema importância para o Estado do Paraná. Parabéns.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Agradeço e encerro aqui. Desculpa, Deputado Mauro, não consigo lhe dar o aparte. Mas quero dizer que esse é um tema importante, relevante e quero cumprimentar e agradecer a todas as pessoas, mais de seis dezenas de pessoas que vieram aqui hoje representando entidades da sociedade civil participar desse grande debate e que, creio eu, extremamente importante. Agradeço muito a presença de todos e obrigado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sr. Presidente, colegas, eu morro e não vejo tudo. Juro por Deus. Vamos tocar o enterro, bola para frente. Quero ver o que vou ver daqui para a frente. Mas hoje tivemos no Palácio um evento tão importante, que foi o evento do Maio Amarelo, com a presença de várias pessoas. Tivemos também ações de sinalização de trânsito, que atenderam quase 60 cidades, Deputado Marcelo, com quase R\$ 15 milhões investidos naquilo que é muito importante. Eu até falava: sou autor do Maio Amarelo, com o apoio de vários colegas Deputados e Deputadas que estão aqui. Eu queria que o Maio Amarelo avançasse tanto, que se tornasse quase um Proerd e tivesse o alcance do Proerd. Porque o Proerd é uma coisa maravilhosa, ele ensina as crianças na escola,



fortalece, valoriza. Espero assistir isso ainda aqui nessa Assembleia. Quero também falar para vocês hoje, ao mesmo tempo em que desejo uma ótima semana, que um dos símbolos das obras do Governo Ratinho Junior está estampado no Litoral, que é a Ponte de Guaratuba. Poucos acreditavam – ou quase muitos poucos acreditavam – e a obra já alcançou 50% da execução. Quero informá-los que a previsão de conclusão dessa obra, Deputados e Deputadas, é em abril de 2026. Essa ponte vai ter quatro faixas para tráfego, duas de segurança, barreiras rígidas de concreto, calçadas com ciclovia e guarda-corpo. O próximo verão, certamente, será o último do malfadado *ferryboat*, se Deus quiser. Quero também informar que a nossa Portos do Paraná, a melhor do Brasil, é o primeiro porto do Brasil a ter um porto público com 100% da sua área regularizada. Essa marca foi alcançada com a realização de três leilões, das áreas do Porto de Paranaguá, que aconteceram na B3. Outro número para comemorarmos, Deputado Romanelli, nosso Líder do Partido, colegas, no Paraná, no primeiro trimestre deste ano, recebemos mais de 426 mil viajantes do exterior. Que número fantástico! Também quero informar aos Deputados e Deputadas desta Casa: quero parabenizar o nosso IAT, que é comandado pelo Everton, um cara que conhece, uma pessoa que é da Casa, que tem diálogo, que constrói, não é *xiita*, mas também respeita de forma muito forte o meio ambiente. Estábamos tendo um grande problema com a pesca esportiva no Paraná. A pesca esportiva é a que mais preserva, ela tem o condão de preservar, por quê? Eles pescam o peixe e querem devolver já para a natureza, não tem nenhum valor comercial, nada! Surgiram algumas medidas que estavam atrapalhando a pesca esportiva e fizemos uma grande reunião com o IAT. O IAT agora, na semana passada, fez a revisão e está tudo em dia. Pessoal, tenho um carinho enorme pelo Deputado Mauro Moraes, que fez um ótimo trabalho na Secretaria do Trabalho. Tenho uma ótima relação com ele. Quero dizer a ele que o Paraná... Primeiro, a segurança pública é complicada, porque os policiais não estão onipresentes. Quem dera fosse uma ação de Deus e cada policial estivesse no lugar ao mesmo tempo. Não é assim, infelizmente. A polícia não é onipresente. O que tem que acontecer, o



Paraná está fazendo. O Paraná está investindo, o Governador autorizou a contratação de 10 mil policiais agora, que farão concurso e se somarão com mais 400 bombeiros militares. Temos investimentos que foram feitos na Polícia Civil, a Polícia Penal está aqui. Enfim, o Paraná avançou bastante, mas tem problemas? Tem problemas. Cada um que venha para contribuir, Deputado. Seja bem-vindo, o senhor tem uma história na militância.

Deputado Mauro Moraes (União): Peço o aparte depois.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Se for um minutinho, pois não.

Deputado Mauro Moraes (União): Tranquilo. Quero deixar bem claro, meu Líder, que, ao falar sobre a segurança, quis me reportar que toda a minha atuação política nesta Casa sempre foi voltada em uma ilimitada confiança ao nosso trabalho em favor de segurança. Fui 11 anos Presidente da Comissão de Segurança. Acabei de dizer que a Bahia hoje passa de 4 mil e 200 assassinatos, quando no Paraná tem 400 e poucos. Quer dizer, estamos muito bem, mas nem por isso devemos cruzar os braços. Falei que vou me juntar ainda lado a lado, ombro a ombro, com o Governo, que, na minha opinião, fez muito e vai fazer muito mais ainda. Citei que todos nós, Deputados Estaduais, Federais, Prefeitos, Presidente da República, todos devem fazer um exame de consciência e investir o máximo na segurança, porque ainda a população está amedrontada e aterrorizada – quer dizer, ao sair de casa, pelos números de violência que existem. Então, isso deve se reportar a todos os Deputados, aqui, que tenho certeza que todos têm alguns reclames nesse sentido. Mas quanto ao Governador, pode ficar tranquilo que participei de vários Governos, desde 1982, com o José Richa, e nunca vi um Governador investir tanto em segurança, como o nosso do Paraná. O Ratinho Junior está de parabéns, mas nem por isso vamos cruzar os braços. Quero dar a minha parcela de contribuição.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns pela sua atuação e conte comigo. Deputado Marcelo.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Nosso Líder, Deputado Hussein, primeiro quero parabenizá-lo pela sua comunicação, extremamente direta, simples, transparente, para falar sobre diversos assuntos. O senhor abordou vários assuntos. É, por isso que, inclusive, a nossa Assembleia está tendo grande audiência, justamente porque todos os assuntos são debatidos de uma maneira muito clara e popular, principalmente se tratando dos projetos, dos processos, referentes ao Governo do Estado e do desempenho do Governador Ratinho Junior frente ao nosso Governo. Mas queria pedir o seu apoio, nosso Líder, e o apoio dos demais Deputados, para o Projeto de Lei que protocolei aqui na Assembleia Legislativa, que acredito vai ter uma repercussão importante. Vimos os problemas que aconteceram com os desvios, com os roubos do INSS, por parte de entidades e, principalmente, de sindicatos. Protocolei um Projeto de Lei sobre a obrigatoriedade de transparência ativa, Portal da Transparência – em uma lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência ativa por sindicatos, federações, confederações, associações e demais entidades representativas de categorias profissionais ou econômicas que atuem com recursos públicos estaduais, celebrem convênios, parcerias, termos de colaboração ou exerçam função pública delegada. O que queremos, Deputada Cloara, é que diretores, presidentes, os dirigentes e sindicatos estejam no Portal da Transparência, seus subsídios, seus salários, para que não aconteça aqui no Estado do Paraná o que aconteceu no Brasil, para podermos dar exemplo para o nosso País. Portal da Transparência para os sindicatos! Era isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero agradecer, Marcelo, parabéns, e desejar a todos uma ótima semana.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente. Deputado Amaro.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, quando o Deputado Romanelli falava ali na tribuna, eu estava pensando, aqui, Deputado Romanelli, nos decibéis. Por coincidência, baixei aqui um decibelímetro, e só com a fala do senhor ele chegou a 75 decibéis, e está acima, porque era 65, baixou para 55. Então, tem que ter uma grande discussão...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Foi o tema da Audiência Pública hoje cedo.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Quando o senhor apertou a campanha aí, Presidente, subiu aqui para 80 e paus. Então, os ouvidos estão sendo prejudicados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sempre é preciso vir aqui a este espaço e ficar firmando coisas que são reais, contra *fake news* e conversas *afiadas*. *Afiadas* no sentido de serem sangrentas, agressivas contra o Governo Federal. Temos que deixar claro, de uma vez por todas, que o que está em jogo não é o INSS, mas sim os aposentados. A operação da Polícia Federal investiga desvios no INSS? Sim. Gravíssima? É gravíssima, mas não se trata apenas de uma falha administrativa, é um golpe direto contra aposentados e aposentadas, que dependem desse recurso para viver, é o salário de quem mais precisa que foi atingido. Isso ainda torna o caso muito e muito mais grave. Mas tem uma coisa que é um sinal positivo em tudo isso, tudo isso que está acontecendo. As instituições estão funcionando, e é sinal de saúde da democracia. Essa questão de hoje de autonomia e seriedade das entidades – ou melhor, das instituições – se



dá durante um Governo que respeita a democracia. Durante o Governo anterior, delegados da Polícia Federal foram exonerados justamente quando avançavam sobre casos sensíveis. Vou dar alguns exemplos aqui: Dominique de Castro, Delegado que investigava o blogueiro Allan do Santos, afastado; Ricardo Saad, Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, que apurava o caso Fabrício Queiroz, afastado; Franco Perazzoni, que conduzia o envolvimento do então Ministro Ricardo Sales, afastado. Casos que levantam sérias suspeitas de interferência da Polícia Federal entre 2019 a 2022. Quem investigava era afastado e não quem cometia o crime. O papel do Governo Federal é respeitar a autonomia, e hoje se respeita a autonomia. Hoje o cenário é diferente, as instituições atuam dentro da legalidade. A Polícia Federal investiga com autonomia, sem interferência do Executivo. É assim que se fortalece a democracia e se combate a corrupção. Os fatos relatados sobre o INSS remontam ao Governo do Presidente Lula. O esquema investigado do INSS foi estruturado de 2019 a 2022, período em que associações passaram a operar com pouca fiscalização. Por que pouca fiscalização? Porque justamente o Governo passado desmontou os órgãos de fiscalização. Naquele momento, o discurso era de combate à corrupção, mas o que se combatia na prática era a investigação. A diferença de hoje é que há apuração, transparência e responsabilidade. Três fatos indicam isso: quem descobriu o esquema? Governo do Presidente Lula; quando a CGU começou a atuar? Em 2023, Governo do Presidente Lula; quando a Polícia Federal começou a investigação? 2024, Governo do Presidente Lula. Quem investiga não pode ser punido, por muito tempo o Brasil viveu o inverso: quem investigava perdia o cargo. Agora, mesmo com os desafios, as estruturas estão funcionando. Isso não é motivo de crise, é o que se esperava de um País que respeita a justiça e a transparência. Não podemos cair no conto da sereia bolsonarista, transformar isso em um discurso de *fake news* de politização baixa. O fato é que foram encontrados elementos graves, está tendo apuração e está se tirando a sujeira debaixo do tapete, sujeira essa que vocês começam a ver que está relacionada estreitamente ao Governo do Bolsonaro. Tem doação dos sócios do Marcelo



Careca para Ex-Ministro em campanha eleitoral, tem Ex-Ministro do Governo Bolsonaro já citado em delações, e por aí vai. Por isso, o intuito de querer desmoralizar a operação, e tirar a realidade que está ocorrendo da relação com o Governo Bolsonaro e transformar isso em uma crise do Governo do Presidente Lula. Quando eu vejo aqui o Deputado Ricardo Arruda, o Deputado Tito Barrichello virem com essas falácias, colocarem as coisas, é fácil de identificar. Não sustentam em pé o que falam sentados. Não tem dado, não tem prova, não tem documento, o máximo que tem é um videozinho que foi orquestrado no *tio do zap* do bolsonarismo para falar na Sessão. Percebi que isso não ocorre só aqui no Paraná, é escalado um grupo todo nas Assembleias, nas Câmaras Municipais, para ficar vomitando – desculpa o termo, mas é vomitando – na tribuna, de tanta *fake news*, de tanta mentira gritante, de investigados que eles citam sequer que sejam investigados. Todas as vezes que falo aqui e boto nome nas pessoas investigadas, você pode colocar lá que tem foco documental. Quando do lado de lá falam, só tem ilações, ou coisas que saíram da realidade paralela, da imaginação fértil, mas improdutiva e pantanosa dessas pessoas que não têm compromisso com a verdade, que usam a palavra aqui simplesmente para benefício próprio de rede social, para infelizmente manchar a imagem desta Casa. Eu conversava com alguns Deputados aqui, muitos deles – a maioria deles que eu conversei hoje – não são do meu Partido e não pertencem à Oposição, todos indignados que a Assembleia do Paraná está se transformando em um palco de nada produtivo para o Estado, mas em um palco de um monte de mentira de um jogo extremista, que levou o Brasil à sopa do osso, à fila da miséria, ao negacionismo que matou pessoas. Todo aquele discurso que não tem fundamento científico, que não tem respeito às pessoas, que agride as instituições, são palcos de discursos aqui na Casa só para rede social, só para alimentar o gado raivoso, aqueles que são de fato uma ameba política que ficam reproduzindo as coisas sem conteúdo algum de verdadeiro. A Assembleia do Paraná, que tem uma imagem boa, Presidente, perante o povo paranaense, tem que voltar aos temas do Estado e parar com essa lambança de *fake news*, com essa parafernálha de



mentiras sobre o que anda acontecendo no Brasil. Até hoje não suportam ter perdido a eleição, até hoje ainda defendem o indefensável que se transformou no inominável, que foi o primeiro Presidente da República que não se reelegeu na História do País, e que está envolvido até a tampa. Onde o filho, que era um dos cérebros – se podemos chamar aquilo lá de cérebro –, era um dos organizadores da perversidade, vazou fora do Brasil porque está com medo de ser preso. Planejaram o assassinato de Presidente, Ex-Presidente, Ministro do STF, organizaram, planejaram a execução de um atentado a um golpe de Estado. Financiaram um golpe de Estado. E aí vem aqui o gado raivoso usar a tribuna para atribuir culpa. E vou mais longe, aqui no Paraná um dos responsáveis por não ter feito o dever de casa chama-se Sergio Moro, que era o Ministro da Justiça no Governo Bolsonaro, que comandava a Polícia Federal e nada fez. E hoje eu tenho aqui pessoas que vêm aqui criticar que está sendo feito a investigação. Nós – mais uma vez volto a falar aqui – não vamos punir quem investiga, é o contrário disso, nós temos que punir aqueles que cometem os erros, não fazer com que as pessoas que investigassem, como no passado, perdessem o cargo. Temos que garantir a seriedade desse processo. A instituição tem, deve, e é vital estar funcionando. A verdade sobre o INSS... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou



através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Francischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (53 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: (Parlamentares) Deputados ausentes sem justificativa: Soldado Adriano José (PP) (1 Parlamentares).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 264/2025**, da Deputada Flávia Francischini, que dispõe sobre o prazo para reembolso de valores pagos em compras de produtos e serviços, realizadas de forma digital, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o nº 265/2025**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes a serem observadas no que se refere aos procedimentos de diagnóstico para detecção do transtorno do espectro autista, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 266/2025**,



da Deputada Flávia Francischini, que institui a campanha permanente de conscientização e empatia sobre o transtorno do espectro autista no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 267/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual do Tênis de Mesa, a ser comemorado no Estado do Paraná, anualmente no dia 23 de abril; **Autuado sob o n.º 268/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que concede o título de Capital Estadual da Cultura Holandesa, ao município de Carambeí; **Autuado sob o n.º 269/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que o título de Capital Estadual da Cultura Ucraniana, ao município de Prudentópolis; **Autuado sob o n.º 270/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 271/2025**, do Deputado Goura, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia Estadual da Paz e Conciliação, a ser comemorado no dia 22 de julho; **Autuado sob o n.º 272/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência ativa por sindicatos, federações, associações e demais entidades representativas de categorias profissionais ou econômicas que recebem recursos públicos estaduais, incluindo a divulgação dos salários de seus dirigentes, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 273/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que concede o título de utilidade pública à Equipe de Pedestrianismo Pé Vermelho, com sede no município de Apucarana; **Autuado sob o n.º 274/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que reconhece o evento Undokay como manifestação cultural nipo-paranaense e o inclui no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 275/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação Moto-Trail Lobos da Trilha, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipú; **Autuado sob o n.º 276/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a implantação de abrigos temporários para animais em situação de abandono ou risco nas proximidades dos serviços de atendimento ao usuário (SAU), nas rodovias estaduais concedidas, e dá outras providências.



DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, se o senhor quiser ser coautor ou estar comigo, porque sei que o senhor também é um grande mesatenista.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com o maior prazer, serei coautor desse Projeto, Deputado Amaro.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos 3 Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 288/2024, de autoria do Deputado Thiago Bührer, que institui o “Dia Estadual da Pesca Esportiva” e o insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 117/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de utilidade pública para Jovens Com Uma Missão Monte Das Águias, com sede no município de Almirante Tamandaré.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 228/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.^º 664/2025, que altera Lei n.^º 21.811, de 13 de dezembro de 2023, e estabelece outras providências.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 4 – 2.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 226/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 26/2025, que altera a Lei n.^º 21.720, de 31 de outubro de 2023, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses, para resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, e dá outras



providências. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputada Marli.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Quero aqui fazer a leitura de um protocolo que fizemos na nossa Comissão, que é: “Protocolamos em nome da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Relações Federadas o Requerimento n.º 816/2025, solicitando ao Governo do Estado a adoção de medidas com a finalidade de combater e prevenir alagamentos, enchentes e inundações no âmbito do Estado do Paraná. É com grande satisfação que o Projeto de Lei n.º 226/2025, enviado pelo Governador do Estado a esta Casa de Leis, prevê a alteração da Lei n.º 21.720, de 31 de outubro de 2023, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado Paraná aos municípios paranaenses para resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas e dá outras providências. A proposta visa atualizar a referida legislação a fim de ampliar o escopo das ações do Estado voltadas ao enfrentamento a desastres e calamidades e contemplar medidas de prevenção, mitigação e preparação em áreas de risco. Tais alterações são fundamentais para a otimização das funções desempenhadas pelo sistema de defesa civil, proporcionando maior segurança à população paranaense, a recuperação de áreas atingidas por desastres e a redução de eventuais vulnerabilidades e prejuízos. Ainda são apresentados ajustes relacionados à competência deliberativa do Conselho Diretor do Fundo Estadual para Calamidades Públicas e aos requisitos para transferência e devolução de recursos recebidos pelos municípios, o que potencializará a efetividade e lisura dos procedimentos necessários para repasse entre fundos. Dessa forma, agradecemos ao Governador do Estado do Paraná, vez que esta solicitação amolda-se



perfeitamente nas medidas recentemente efetivadas através desta presente proposição.” Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminho os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Só pra comunicar que hoje é Dia do Conciliador e do Mediador Judicial e Extrajudicial. E registrar aqui a iniciativa do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, que foi o grande pioneiro da conciliação no Estado do Paraná e que, além disso, revelou um espírito inovador e crítico ao longo da sua trajetória, reforçando a observância aos direitos fundamentais e ao princípio básico do acesso à Justiça. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Aos colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Mauro Moraes, o Deputado Requião Filho, a Deputada Cristina Silvestri? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr.



Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Nelson Justus, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 226/2025.**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Registre o voto “sim”, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

ITEM 5 – 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2025, que altera a Lei n.º 18.627, de 23 de novembro de 2015, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e a Lei Complementar n.º 217, de 22 de outubro de 2019, que institui o Programa de Fuição e Indenização de Licença Especial. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só peço a atenção de todos e todas, trata-se de um Projeto de Lei Complementar e precisamos necessariamente de 28 votos favoráveis. Peço o voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai indicar voto “não”, Presidente, e vai apresentar emenda no segundo momento; caso ela seja acatada, votaremos favorável. Mas, agora é “não” o voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito aos colegas que compõem a nossa base que se trata de um Projeto de Lei Complementar. Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota o Deputado Luiz Claudio Romanelli? Deputado Batatinha, como vota? Deputado Wilmar Reichembach. Como vota o Deputado Batatinha?

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Voto “sim”. Registre, por favor.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Reichembach, Presidente, vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Batatinha, V.Ex.^a ainda pode votar no painel. O Deputado Reichembach da mesma forma, ainda pode votar no painel. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobópolis, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (40 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Nelson Justus, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (7 Deputados).]** Com 40 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 4/2025. (O Sr.



Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Batatinha e Reichembach.)

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Wilmar Reichembach.

ITEM 6 – 1º Turno do Projeto de Lei n.º 644/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino e da Deputada Cristina Silvestri, que institui a Campanha Permanente de orientação, predição e prevenção à pré-eclâmpsia e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ com emenda e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir...

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputada Marli.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Só quero relatar aqui que é a pré-eclâmpsia é uma condição complexa grave que afeta gestantes, caracterizada pelo aumento da pressão arterial e a presença de proteínas na urina após a vigésima semana de gestação. Conforme dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, a pré-eclâmpsia e suas complicações são responsáveis por uma significativa parcela das mortes maternas em todo o mundo, além de aumentar o risco de complicações para o recém-nascido, como baixo peso ao nascer e prematuridade. Sendo assim, a detecção precoce é crucial para o manejo eficaz dessa condição, pois estudos mostram que a intervenção em estágios iniciais pode reduzir drasticamente as complicações e melhorar os desfechos maternos e neonatais. No entanto, a falta de conhecimento sobre os sinais e sintomas tanto por parte das gestantes quanto dos profissionais de saúde limita a eficácia dos cuidados pré-natais, sendo que a implementação de ações que buscam a conscientização das



gestantes, familiares e treinamento dos profissionais de saúde é essencial. Ainda há que se falar que a disponibilização de medicamentos essenciais à implementação de protocolos de atendimento em todas as unidades de saúde são vitais para garantir que todas as mulheres recebam o tratamento adequado, motivo pelo qual o presente Projeto de Lei busca ter um olhar mais atencioso ao tema, e eu gostaria de pedir o apoio dos colegas deputados para aprovação deste projeto. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Só para registrar aqui a presença do Vereador Chimentão da cidade de Ibirapuera que está aqui na tribuna, convidando a todos para grande festa junina – antecipando já – que vai ter na Cidade de Ibirapuera no mês que vem. É a maior festa junina do Estado, viu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado. Esta Presidência também agradece a presença do Prefeito de Iguatu, o Sr. Martinho, por solicitação do Deputado Anibelli.



DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Ademar Traiano está falando que lá no Sudoeste tem um lugar que reúne 50 mil pessoas. Perde feio para a de Ibiporã, que reúne 100 mil pessoas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ah, meu Deus do céu! Vamos votar então. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); **Votaram Não:** Professor Lemos (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Nelson Justus, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 644/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Professor Lemos, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo de votações.)**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Resolução n.º 5/2025, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2022. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para discutir, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o parecer prévio do Tribunal de Contas foi pela regularidade das contas do Chefe do Poder Executivo, com ressalva. Foi apresentado o voto divergente no TCE pelo Conselheiro Maurício Requião. Existiram três determinações e 20 recomendações, folhas de 167 a 179, que constaram no acórdão. Eu apresentei voto em separado na Comissão de Tomada de Contas e votei contra o Projeto de Resolução, e aqui votaremos contra a aprovação da prestação de contas de 2022, pois não há comprovação ou informação por parte do Poder Executivo que comprove que as três determinações e as 20 recomendações feitas pelo Tribunal de Contas tenham sido cumpridas. Solicitamos em reunião na Comissão de Tomada de Contas que a Casa Civil e a Secretaria de Fazenda apresentassem o estágio do cumprimento de cada determinação, mas, no nosso voto separado, infelizmente, ele não foi aprovado. Nosso voto em separado na Tomada de Contas também solicitou uma auditoria do Tribunal de Contas para apurar o descumprimento de determinações do TCE sobre a renúncia fiscal, pois foi apontado que houve implementação de benefícios sem a observância de condições e de correta contrapartida do Estado do Paraná. Infelizmente, pedimos o voto contrário por conta do não cumprimento ou garantia de que as ressalvas apontadas foram corrigidas e sanadas. Difícil votar contra a aprovação de contas do Estado, mas, infelizmente, a Oposição entende que tecnicamente não foi cumprido o indicado e o correto de acordo com as leis. Voto “não” da Oposição.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, dentro da técnica foi aprovado pelo Tribunal, evidentemente que com ressalvas, como já aconteceu em vários Governos, vários. É estritamente normal. Eu posso garantir a toda nossa base que pode votar com tranquilidade, as contas foram analisadas dentro da



técnica. Eu quero ver quando for analisar as contas no Congresso Nacional do Governo Federal. Quem viver verá! Pedaladas fiscais vem por aí. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”. Há falta de compromisso do Governo do Estado com o povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E vocês verão o que vai acontecer no Governo Federal. Voto “sim”, colegas que ainda não votaram.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente, enquanto os nossos Parlamentares estão votando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Só para registrar a presença do Subsecretário de Estado do Espírito Santo, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Espírito Santo, Jales Cardoso, que está nos visitando aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Muito obrigado pela presença.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Samuel Dantas? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando**



Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Reichembach, Tercílio Turini e Thiago Bührer (39 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Del. Tito Barichello, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (8 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 5/2025.

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 232/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Vergínio Mouro o viaduto localizado no km 62 da PR-445, em frente a Toyo Sen I do Brasil Agroindustrial Ltda., no acesso para o Patrimônio da Selva. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Del.



Tito Barichello, Gugu Bueno, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 232/2024.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.^º 776/2024, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de utilidade pública ao Conselho de Ministros Evangélicos do Estado do Paraná - COMEP, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Tercílio Turini e Thiago Bührer (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Del. Tito Barichello, Goura, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 776/2024.*



ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 143/2025, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual do Zootecnista, a ser celebrado anualmente em 13 de maio. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Quero encaminhar favoravelmente este Projeto de Lei da nossa autoria, que visa instituir o Dia Estadual do Zootecnista. Como sabemos, o nosso Paraná é campeão na produção de proteínas de origem animal e sabemos que muito devemos a essa categoria de profissionais. Destaco, inclusive aqui na tribuna de honra da Assembleia Legislativa a presença do Celso Vedam, que é presidente do Sindicato dos Zootecnistas e também do Cristiano Castro, conselheiro do Sindicato, além do meu assessor, que também é zootecnista, André Teodoro. É uma honra tê-los aqui conosco. E dizer, na verdade, que todos sabemos que são 50 anos de história da zootecnia no Paraná. Por isso que a data do dia 13 de maio, que é a data que escolhemos em comum acordo, é uma data justamente importante, porque ela é a referência da formação da primeira turma de zootecnia no Estado do Paraná. Começou, inclusive, 50 anos da graduação de zootecnia na UEM e na UFPR, também 20 anos da primeira turma. Enfim, dizer que a zootecnia é uma ciência que é fundamental para todos nós. Então, quero aqui pedir o voto favorável a todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem, Presidente.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Professor Lemos. Para encaminhar?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Não, para corrigir o meu voto na Ata, do Item 6. É "sim" e, por engano, foi "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Solicito a correção do voto do Deputado Professor Lemos. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto importante, voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Del. Tito Barichello, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 143/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

**REQUERIMENTOS.**

Requerimento n.º 957/2025, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Ex.^{mo} Coronel. Jefferson Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 914/2025, do Deputado Ney Leprevost, requerendo o envio de votos de louvor com menção honrosa em nome do Padre Silvio Roberto, solicitada pelo Requerimento sob o n.º 808/2025; **Requerimento n.º 927/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e o envio de votos de louvor com menção honrosa ao Dr. Eduardo Mattos, especialista em Ortopedia Pediátrica, do município de Ponta Grossa pelo gesto exemplar, humanitário e de solidariedade; **Requerimento n.º 919/2025**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o registro de menção honrosa aos Senhores Francisco Carlos dos Santos, Presidente do Conselho Administrativo, Horaci Santos Neto, Vice-Presidente do Conselho Administrativo, Geraldo Luiz Gonçalves, Ceo, e Elso de Souza, Coordenador de Logística do Centro e Distribuição Itaperuçu, da empresa Multiloja; **Requerimentos n.ºs 928 a 934, 942 e 945 a 951/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: São José das Palmeiras; Espigão Alto do Iguaçu; Figueira; Porto Rico; Piraí do Sul; Boa Esperança do Iguaçu; Cruzeiro do Iguaçu; Rio Bom; Altamira do Paraná; Capitão Leônidas; Jardim Alegre; Guaratuba; Nova Santa Rosa; Perobal; e Quarto Centenário, **Requerimento n.º 941/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações aos líderes paranaenses, pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades e por ocasião do Dia Nacional do Líder Comunitário, celebrado no dia 5 de maio; **Requerimentos n.ºs 943 e 944/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de



votos de congratulações com menção honrosa: ao Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR); e aos Chefes das Circunscrições Regionais de Trânsito do Paraná (Ciretrans/PR; **Requerimento n.º 954/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de menção honrosa aos servidores do 181 - Disque - Denúncia da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, pelos excelentes serviços prestados abaixo relacionados; **Requerimento n.º 955/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de menção honrosa ao Sr. Jorge Guirado, pelos relevantes serviços prestados à comunicação, ao jornalismo e à sociedade paranaense; **Requerimento n.º 956/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção e aplausos à banda Marcial Marcelino Champagnat, em reconhecimento à sua notável trajetória de 56 anos dedicados à formação musical de jovens, à promoção da cultura e à valorização do patrimônio imaterial de Londrina e do Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 935/2025**, do Deputado Thiago Bührer, requerendo a inclusão do Deputado Thiago Bührer como coautor do Projeto de Lei n.º 119/2023, de autoria dos Deputados Maria Victória, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Hussein Bakri, Luiz Cláudio Romanelli, Luís Corti, Marcelo Rangel, Professor Lemos e Moacyr Fadel; **Requerimento n.º 936/2025**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Márcia Huçulak e Reichembach, requerendo a indicação da Deputada Márcia Huçulak como membro titular na composição da Comissão Especial para elaboração de estudos sobre Empreendedorismo e Inovação, com o objetivo de elaborar o Código do Empreendedor do Paraná; **Requerimento n.º 937/2025**, dos Deputados Batatinha e Gugu Bueno, requerendo a inclusão do Deputado Gugu Bueno como coautor do Projeto de Lei n.º 262/2025; **Requerimento n.º 938/2025**, dos Deputados Flávia Francischini, Alisson Wandscheer, Cantora Mara Lima, Gilberto Ribeiro, Ricardo Arruda, Requião Filho, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Adão Litro, Márcio



Pacheco e Renato Freitas, requerendo a inclusão dos Deputados relacionados como coautores do Projeto de Lei n.º 561/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini; **Requerimento n.º 939/2025**, dos Deputados Delegado Jacovós e Batatinha, requerendo a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do projeto de Lei n.º 262/2025, de autoria do Deputado Batatinha; **Requerimento n.º 940/2025**, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Gilson de Souza, requerendo a inclusão do Deputado Gilson de Souza como coautor do Projeto de Lei n.º 251/2025; **Requerimento n.º 952/2025**, dos Deputados Flávia Francischini e Nelson Justus, requerendo a inclusão do Deputado Nelson Justus como coautor do Projeto de Lei n.º 561/2024, de autoria da Deputada Flavia Francischini.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e a Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 953/2025, do Deputado Paulo Gomes, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 6/5/2025, para a entrega do Código do Consumidor Paranaense aos Sr.ºs Deputados e menção honrosa aos convidados homenageados relacionados.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 912/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 915/2025**, do Deputado Gilson de Souza, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 916/2025**, do Deputado Ademar Traiano, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025; **Requerimento n.º 917/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 926/2025**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de abril de 2025.



Deferidos conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 913/2025**, do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 28 e 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 918/2025**, da Deputada Cloara Pinheiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 922/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2025; **Requerimento n.º 923/2025**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025; **Requerimento n.º 924/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 920/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 921/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro): **Requerimento n.º 925/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de abril de 2025.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 232/2024, 776/2024, 143/2025 e 226/2025; 2.^º Turno do Projeto de Lei Complementar n.^º 4/2025, do Projeto de Lei n.^º 644/2024 e do Projeto de Resolução n.^º 5/2025; 1.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 133/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 661/2023, 183/2025 e 219/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h39, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)